A (IN)VISIBILIDADE DOS LUGARES KADIWÉU: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas

■PROF. MSC E DOUTORANDO JOSÉ LUIZ DE SOUZA

RESUMO:

ATRAVÉS DE ESTUDOS DA GEOGRAFIA CULTURAL É POSSÍVEL DISTINGUIR TERRITÓRIOS QUE ANTERIORMENTE PERTENCIAM AOS POVOS INDÍGENAS. NESTE ARTIGO, A PARTIR DOS TOPÔNIMOS APRESENTADOS PELA ORALIDADE KADIWÉU, PODE-SE DELIMITAR AS ÁREAS PERCORRIDAS POR SEUS ANCESTRAIS MBAYÁ-GUAIKURU HÁ MAIS DE TRÊS SÉCULOS, NA FASE NÔMADE DO GRUPO. OS LUGARES KADIWÉU DE ANTIGAMENTE, COMPÕEM, NA ATUALIDADE, ÁREAS DE INTENSA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, COMO OS MUNICÍPIOS DE BONITO, AQUIDAUANA E MIRANDA, POR EXEMPLO. NO ENTANTO, TORNARAM-SE INVISÍVEIS AOS OLHOS DO OUTRO, PERDENDO O SENTIDO EM TEMPOS DE MODERNIDADE. INDEPENDENTEMENTE DESSA INVISIBILIDADE IMPOSTA, OS "LUGARES INDÍGENAS" CONTINUAM SENDO PONTOS NO ESPAÇO IMPORTANTES À HISTÓRIA CULTURAL DE UM POVO. UTILIZANDO-SE DOS TRABALHOS DE PAUL CLAVAL, DISCUTE-SE, NESTE ARTIGO, A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA CULTURAL NOS ESTUDOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E, TAMBÉM, COMO SE DEU O "BATISMO DE LUGARES" ENTRE OS KADIWÉU, FORMANDO, DESSA FORMA, OS VÁRIOS LUGARES CONHECIDOS POR UMA CULTURA INDÍGENA, MAS QUE ESTÃO INVISÍVEIS AOS OLHOS DA SOCIEDADE ENVOLVENTE.

PALAVRAS-CHAVE: GEOGRAFIA, CULTURA, TOPÔNIMOS, LUGARES INDÍGENAS, KADIWÉU.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como são nomeados os lugares? Qual a finalidade de um processo de "batismo de lugares" empreendido por populações indígenas? O que se pode apreender desse processo em se tratando de populações indígenas? Estes questionamentos, gerados na experiência com os indígenas Kadiwéu, na aldeia Bodoquena, a principal da Reserva Indígena Kadiwéu, ilustram um tema importante a ser discutido por meio da lente cultural: os topônimos Kadiwéu e sua relação com o território tradicional.

O estudo dos topônimos vai além das relações homem-espaço, pois estabelece, neste caso, uma discussão envolvendo o conceito de *território* articulado ao de *cultura*, um campo fértil para a Geografia Cultural: "[...] é a geografia cultural contemporânea que abre oportunidades para abordar a

relação entre etnicidade e território [...], considerar as etnias como "objeto de pesquisa" [...] e desenvolver estudos de etnogeografia" (Ratts, 2003, p. 36).

A partir dos topônimos apresentados pela oralidade Kadiwéu, pode-se delimitar as áreas percorridas por seus ancestrais Mbayá-Guaikuru há mais de três séculos, na fase nômade do grupo. Na Geografia Cultural, os estudos de Claval (2001a; 2001b) permitem uma discussão profícua sobre o "batismo de lugares" realizado pelas sociedades tradicionais, bem como as pesquisas de Wagner (2000) e Mikesell (2003), que facilitam a compreensão dos topônimos como elementos da cultura a serem estudados no tocante à sua distribuição no tempo e no espaço. E, por intermédio da Geografia Cultural, encontra-se auxílio teórico-metodológico para os "inúmeros caminhos a serem trilhados pelos geógrafos, visando a contribuir para dar inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre" (Corrêa e Rosendahl, 2003, p. 13). Os estudos dos autores supracitados, juntamente com a pesquisa – seja esta considerada "de campo" ou "de gabinete" – possibilitam uma análise sobre o imenso território percorrido pela sociedade Kadiwéu através de diferentes espaços e tempos e que, atualmente, pode ser explicado espacialmente sob um olhar que não seja apenas geográfico, mas que também considere os aspectos culturais intrínsecos ao processo de construção deste território.

Dois importantes conceitos estudados pela Geografia (e por outros campos científicos) – terra e território – quando inseridos no tratamento de questões indígenas sofrem variações em seu entendimento. Segundo o etnólogo João Pacheco de Oliveira (1998), o território indígena não se define somente por critérios históricos, mas de igual modo por critérios culturais próprios aos grupos que o habitam. A espacialidade denominada "território indígena" é composta a partir das necessidades de sobrevivência do grupo, entendida em sentido amplo e não simplesmente material. Refere-se ao caráter de identidade relativo ao território, ao mesmo tempo físico e, principalmente, simbólico.

No caso do Brasil, as áreas indígenas não correspondem exatamente às áreas tradicionalmente ocupadas pelos grupos, pois além da legislação não definir claramente *território*, muitas vezes o confunde com a idéia que os não-índios possuem sobre o conceito de *terra*. Por isso, o órgão indigenista oficial (Funai) sofre pressões advindas de pessoas jurídicas e/ou físicas ligadas aos interesses econômicos sobre a terra. A não correspondência equivale sempre às extensões menores do que o território tradicionalmente ocupado. Neste sentido, as toponímias originadas na cultura Kadiwéu auxiliam no processo de compreensão da real extensão do território ocupado por esses indígenas, mesmo sabendo que a ampliação dos limites da Reserva não acontecerá, tendo em vista essas informações.

A prática do uso de topônimos é antiga e sempre necessária, pois sem eles seria, no mínimo, complicada a tarefa de indicar um lugar, um obstáculo natural, um rio etc. No entanto, o uso de nomes nos lugares não é o suficiente, pois se torna indispensável refinar a aptidão de reconhecimento do espaço a fim de que se possa orientar-se nele. Para Claval (2001, p. 81), a "apreensão do mundo e da sociedade é feita através dos sentidos". São os sentidos que nomeiam os lugares e os

eventos dando surgimento ao que é denominado por toponímia que, por sua vez, é compreendida como "um traço da cultura e uma herança cultural" (Claval, 2001, p. 202).

Os caminhos percorridos pelos Kadiwéu estão marcados por pistas e histórias que, normalmente, não estão explícitas. As histórias rememoradas pelos índios retratam feitos heróicos que (de)marcam lugares e regiões. São acontecimentos relativos aos mitos e que apresentam características da paisagem dos *lugares indígenas* apresentados ao final deste texto. A parte do território que ficou fora da demarcação está, hoje, totalmente ocupada por cidades, fazendas ou distritos que não são mais reconhecidos pelos indígenas, a não ser pela referência dos topônimos.

Os Grupos Técnicos formados pela Funai para estudos de áreas indígenas procuram fazer do conhecimento de topônimos por não-índios um indício de terra tradicional. Um exemplo disso foi o que ocorreu com os Guató, de Mato Grosso, quando os técnicos se depararam com um lugar que preservava a denominação "Baía dos Guatós", em 2000. Corresponderia este fato a uma mera homenagem ou importante indício de que ali tivessem vivido indígenas dessa etnia?

Percebe-se a utilização desses topônimos pelos não-indígenas. Todavia, esse uso é destituído do sentido original, como também ocorre com os significados dos lugares e as histórias pertinentes aos não-indígenas. A história da cultura local torna-se, assim, invisível aos olhos dos novos moradores. Atualmente, com o processo de reurbanização a que estão expostas, as cidades vão recebendo novos nomes de ruas, perdendo-se, assim, o verdadeiro contexto cultural do lugar para dar passagem aos modos ou preferências das municipalidades. Além disso, as pessoas, com a contínua mudança de endereço, não estabelecem laços identitários com lugares novos ou com modificações profundas.

Os lugares são continuamente modificados e a identidade com o lugar, adjacente às modificações, pode ser perdida. No entanto, nas sociedades tradicionais, verifica-se um caráter simbólico que aumenta o poder do laço territorial, enfatizando os aspectos espirituais, éticos e afetivos. Para a sociedade Kadiwéu, o antropólogo social Jaime Garcia Siqueira (1993, p. 189) declara que o território é tema preponderante "[...] nas representações cosmológicas desse grupo, demonstrando o quanto é culturalmente contextualizado e valorizado em função da própria história de contato".

1. O "LUGAR INDÍGENA KADIWÉU"

Os Kadiwéu situam-se, atualmente, em uma área com 538.535,7804 hectares inteiramente ao norte do município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul. A área, denominada juridicamente *Reserva Indígena Kadiwéu*, foi homologada por intermédio do decreto Presidencial n° 89.578, de 24 de abril de 1984. Nela vive, segundo o Censo Kadiwéu 1998 (Porto Murtinho, 1998), uma população de 1.348 indivíduos distribuídos, desigualmente, por cinco aldeias: Bodoquena, Campina, São João, Tomázia e Barro Preto.

Juntamente com os Kadiwéu, verifica-se a presença de outras etnias, como a dos Terena e a dos Kinikinau (José da Silva e Souza, 2003). Tradicionalmente, os Kadiwéu são conhecidos como índios que vivem de caça, coleta e da criação de gado,

além da ilustre arte em cerâmica (Souza, 2005b). A população da *Reserva Indígena Kadiwéu* faz uso corrente da língua indígena, comunicando-se cotidianamente por meio desta, além da língua portuguesa. Os Kadiwéu pertencem à família lingüística Guaikuru e são provenientes do Chaco Paraguaio. Segundo o historiador Giovani José da Silva (2004, p. 40), "o grupo Guaikuru eram os que mais extensamente se distribuíam no Gran Chaco, compreendendo os Abipon, Mocovi, Toba, Pilagá, Payaguá e os Mbayá, que ocupavam a área mais setentrional".

Pertencente ao subgrupo Mbayá-Guaikuru, os Kadiwéu se autodenominam Ejiwajegi – lê-se "edjiúadjegui" (Dicionário, 2002, p. 42). O etnônimo Kadiwéu refere-se aos Cadigegodi, "os habitantes de lugares onde cresce a planta cadi" (Susnik, 1978, p. 11, tradução do autor do original em espanhol). Entretanto, diversas denominações aparecem em livros e documentos referindo-se ao mesmo grupo, dentre elas a Caduvei, Caduvéo, cadiuveos, Cadiuéu, Cadioés, Cadiuéos, Cadivens, Kadiueu, Kadiuéo e Cadineos" (José da Silva, 2004, p. 45).

Neste artigo, em todas as nomenclaturas referentes às sociedades indígenas foram seguidas, exceto nas citações, as normas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA; Cf. Schaden, 1976, p. XI-XII).

2. Territórios (de)marcados pelos ancestrais dos Kadiwéu

Dentre os lugares (de)marcados pela territorialidade Kadiwéu, pode ser citado o topônimo "Aquidauana", que atualmente é um dos maiores municípios de Mato Grosso do Sul. Este é um exemplo peculiar, pois se trata de um legítimo "batismo de lugar" realizado pelos indígenas, embora tenha sofrido alterações na fonética e, principalmente, em seu significado (Souza, 2005c).

Os Mbayá-Guaikuru possuem uma característica distinta representada pela estratificação social. Há a presença dos nobres (Kadiwéu "puros") e dos cativos (em sua maioria constituíam-se de prisioneiros de guerra provenientes dos Mbayá); dentre esses últimos havia "[...] representantes das seguintes tribos: Guachí, Guató, Guarani, Kaingang, Bororo, Kayapó, Chiquito, Chamacoco e uns poucos mestiços paraguaios" (Métraux, 1996, p. 161, tradução do autor, original em espanhol). Antropólogos como Darcy Ribeiro (1980, p. 59) procuraram estabelecer relações entre as conquistas territoriais e a estratificação social:

> *[...] o território que, no auge de sua expansão, cobriam nas sortidas guerreiras, se estendia de Assunção, no Paraguai, a Cuiabá, em Mato Grosso, e desde as aldeias os Chiriguano a oeste, no interior do chaco, até as barrancas do Paraná. Cativos trazidos de tribos de toda esta área, os serviam em suas aldeias [...]. Suas tendências ao domínio de outros povos e a estratificação de sua sociedade em camadas de senhores e servos é anterior aos primeiros contatos com elementos europeus.*

O poder guerreiro dos Mbayá-Guaikuru foi formado a partir da educação de jovens que participavam de rituais de iniciação guerreira a partir dos 14 anos e, ainda, com a utilização de cavalos europeus, os quais, conforme aponta Freundt (1946), colaboraram para que os Mbayá-Guaikuru pudessem ampliar consideravelmente seu raio de ação.

Rivasseau, em livro publicado no ano de 1941, realiza uma confusão com topônimos: ao apresentar os limites das terras dos índios Guaikuru, afirma que

> *é entre este ultimo rio [Nabileque], na parte sul e inferior do seu curso, desde a foz de um pequeno afluente à margem esquerda, o rio "Niutaque" e o rio "Aquidauana", acima mencionado, servindo de limite ao sul, que se acham os terrenos reservados à tribo dos Guaycurús. (Rivasseau, 1941, p. 55)*

Rivasseau se confunde, e confunde, por sua vez, os leitores, ao apontar o rio Aquidauana como um dos limites do "terreno reservado" aos índios Kadiwéu, que ele denomina "Guaycurús". O rio a que o autor se refere é o rio Aquidabã e não o "Aquidauana". Geograficamente, o rio Aquidauana está mais ao norte. Outra confusão acerca dos topônimos que está reproduzida nas bibliografias consultadas refere-se ao nome do rio Miranda e do próprio Aquidauana. Ao rio Miranda, os autores Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães (1995, p. 15) assinalam que "[...] em 1580, Melgarejo, enviado por João de Guaraí, teria fundado, às margens do rio Mboteteí (atual Miranda), a povoação de Santiago de Xerez, abandonada anos depois". Gilson Rodolfo Martins, em seus estudos sobre Santiago de Xerez, também procurou uma melhor definição do topônimo:

> *[...] atendidas as reivindicações dos colonos, coube ao* Capitan *André Diaz fazer o levantamento e reconhecimento da área para onde a cidade [Santiago de Xerez] seria transladada. O espaço selecionado localizava-se na região banhada pelo rio Mbotetey (topônimo, hoje, não mais usado), também denominado na toponímia colonial como Bitetey, ou ainda rio dos Apóstolos e mais tarde Mondego, na área compreendida, atualmente, pela Bacia Hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana, na parte não-inundável do Pantanal sul-mato-grossense. (Martins, 2002, p. 246)*

Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a história da criação do município de Aquidauana repete as informações dadas por Martins:

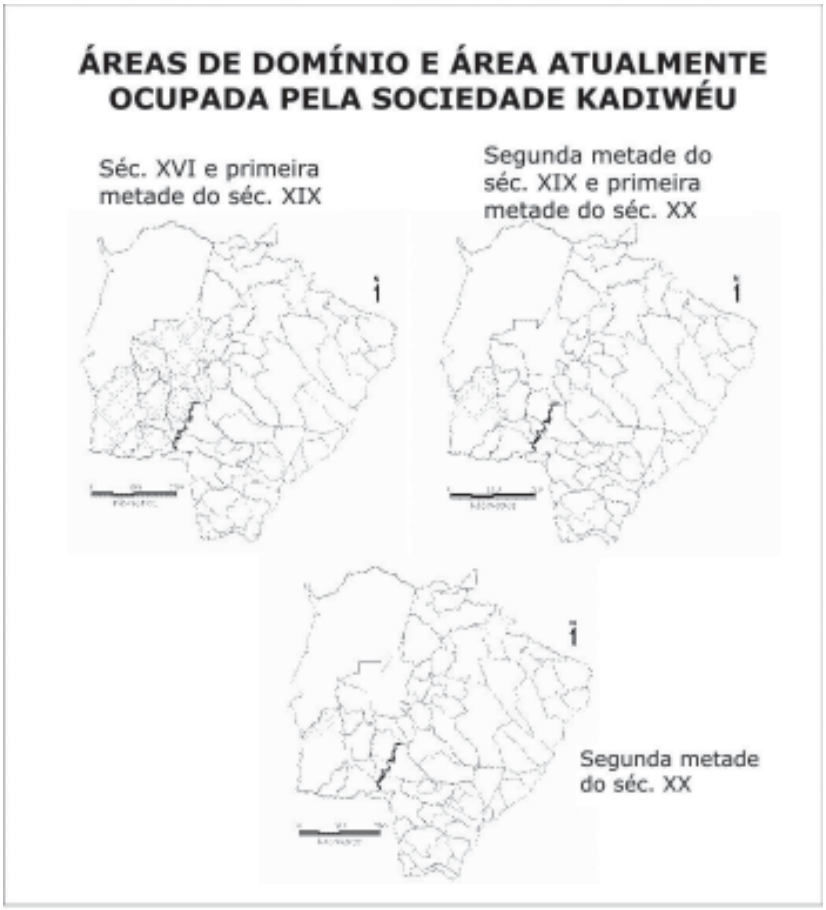
> *Nas proximidades das ruínas de Santiago de Xerez, encontradas em 1776 pelo explorador João Leme do Prado, antiga cidade fundada em 1579 pelo espanhol Ruy Diaz de Malgarejo, à margem esquerda do rio Mbotetein, ergue-se Aquidauana, cêrca de cento e oitenta quilômetros da confluência desse rio com o Miranda [...]. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, p. 60)*

No item "Acidentes geográficos", da mesma obra, encontram-se divergências quanto ao nome antigo do rio Aquidauana:

> *divide a cidade em duas partes [...] nasce na serra de Amambaí e conflui para o Miranda, que deságua no Paraguai aos 19º 26' de latitude Sul. Antigamente era denominado Mboteteú, vocábulo de origem guarani, e ainda Emboteteú, Araniani ou dos Guaxes [...]. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, p. 63)*

A possibilidade de o rio Aquidauana ter sido chamado de Mbotrtrin, Mbotetéu, Embotetéu,

Bitetey abre um campo de estudo que não se pretende aqui. No entanto, o topônimo "Aquidauana" de onde surgiu? Essa é uma questão que poderá ser analisada no quadro de topônimos Kadiwéu disposto no final do artigo. Ainda assim, segundo o Plano de Conservação da Bacia do Alto Pantanal – PCBAP (PLANO, 1997, p. 898), descobriu-se que os Kadiwéu ocupavam, no século XVI e primeira metade do século XIX, uma extensa região (inclusive com a função de servir como passagens para suas guerras) que, na atualidade, transformou-se em importantes municípios sul-mato-grossenses, como se percebe no mapa apresentado a seguir.



Fonte: PLANO de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília: PNMA, 1997, p. 898. Base cartográfica 1991. Autor: José Luiz de Souza/ UFMG/ CAPES, 2005.

Os Mbayá-Guaikuru eram conhecidos pelo epíteto "índios cavaleiros" por todos aqueles que atravessaram seu território, seja para exploração, seja para passagem para outras regiões, a exemplo das monções em plena expansão geográfica para o oeste do Brasil, através do rio Paraguai e seus afluentes. Nesta fase, em particular, observam-se as expressões-adjetivas utilizadas pelas monções, de acordo com os estudos do historiador Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se aos índios Mbayá-Guaikuru:

[...] outro embaraço nada desprezível era a presença, nas campanhas, do terrível gentio Cavaleiro ou Guaicuru, que se opunha a qualquer intrusão nos seus domínios [...]. (Holanda, 1990, p. 86)

[...] Domados, enfim, os caiapós e os ferozes índios cavaleiros [...]. (Holanda, 1990, p. 94)

Com a crescente colonização de Mato Grosso, incluindo-se o atual Mato Grosso do Sul, os Kadiwéu tiveram que se subjugar ao regime de aldeamento. Em 1899, o governo de Mato Grosso ordenou a delimitação de uma área para os Kadiwéu e, em 1931, foi ratificada a medição, dando em usufruto aos indígenas as terras que vão da serra da Bodoquena ao rio Paraguai e do rio Niutaca ao rio Aquidabã. Iniciava-se, assim, o processo de sedentarização dos Kadiwéu. A área delimitada desta etnia passou a ser alvo de inúmeras tentativas de invasão e ocupação, mesmo após a Homologação da *Reserva Indígena Kadiwéu*, em 1984.

Segundo Giovani José da Silva, a *Reserva Indígena Kadiwéu* é apenas parte do imenso território ocupado pelos ancestrais Mbayá-Guaikuru, sobre as quais, "ao longo do século XX, os Kadiwéu procuraram constituir social e culturalmente um território quer no plano físico, quer no simbólico" (José da Silva, 2004, p. 24).

3. Toponímias: uma "herança cultural"

Sobre a herança cultural, Claval (2001, p. 201) afirma: "Não é suficiente se reconhecer e se orientar. O explorador quer conservar a memória as terras que descobriu [...]". Para isso, inicia-se o processo de batismo das terras e a criação de vocabulário próprio para diferenciar um lugar do outro. Mesmo nas residências se *toponimizam* os cômodos: a sala, a cozinha, o quarto. A nomeação do lugar auxilia a construção de uma memória sobre os lugares. O "batismo de lugares" é impregnado pela cultura de um povo, sociedade, por meio de eventos ocorridos em tempos idos. Dificilmente acostuma-se com novos nomes para velhos lugares, tal como os não-índios que, com muita dificuldade, adaptam-se às trocas de nomes de logradouros, bairros, Estados etc.

Para os Kadiwéu, a situação não é diferente. Apenas os eventos ocorridos nos lugares indígenas é que trazem a lembrança da ocupação pretérita dos antepassados. Segundo Eddington (*apud* Santos, 2004, p. 144), o evento é "um instante do tempo e um ponto do espaço". Milton Santos completa a idéia de Eddington afirmando que "o princípio da diferenciação deriva da combinação de uma ordem temporal e de uma ordem espacial" (Santos, 2004, p. 144). As referências aos lugares estão na memória coletiva, no acervo cultural dos indígenas, pois basta um nome para despertar a lembrança dos eventos ocorridos nos lugares indígenas. Em paralelo, situa o lugar no espaço.

O termo *toponímia* surge da necessidade de se realizar um estudo lingüístico ou histórico da origem dos nomes próprios de pontos espaciais (topônimos) e é fruto do conhecimento científico. Dessa forma, os Kadiwéu, além de desconhecerem o termo, não entendem a importância dos diversos "batismos de lugares" que seus ancestrais Mbayá-Guaikuru realizaram. Não é apenas o termo científico que desconhecem, pois os topônimos Xatelodo, Aquidauana, Xapena, Betione, dentre outros são pontos espaciais que não mais pertencem ao cotidiano da sociedade indígena, a não

ser na memória coletiva, pois estão fora da área demarcada. Os lugares transformam-se em "não-lugares", compostos de outra simbologia que não encontram ressonância ou significado para os Kadiwéu do século XXI, parafraseando-se Marc Augé (1994).

3.1 – Território rememorados na forma de topônimos Kadiwéu

Os topônimos Kadiwéu se assemelhariam ao que a ciência denominaria de mito. O etnólogo Claude Lévi-Strauss (1981) entende o mito como uma interpretação ou revelação do pensamento de uma sociedade, ou seja, a concepção da existência e das relações que os homens devem manter entre si e com o mundo que os cerca.

Os eventos que marcaram o lugar indígena Kadiwéu são ricos em mitos; sobretudo, para o mundo contemporâneo, que assume todas as contradições da modernidade, os "mitos primitivos" não são mais do que fantasias transformadas em lendas, como algo que possuiria um valor inferior se comparado a outros, relegando, dessa forma, a segundo plano, o caminhar histórico de uma sociedade. Os *tempos de antigamente* tornam-se importantes à medida que, por meio dos feitos, das viagens e das incursões pelo território indígena, memórias vão sendo formadas. A partir delas, surgem estereótipos presentes no mito coletivo de uma dada sociedade – embora isso não ocorra antes que a lembrança dos *tempos de antigamente* sofra as mutações passíveis de influências do presente (Souza, 2005a, p.12).

A seguir, focalizam-se os depoimentos a respeito dos nomes de lugares utilizados cotidianamente, encaminhados de forma espontânea por três Kadiwéu: Etelvino de Almeida, Creuza Vergílio e Martina de Almeida, sujeitos Kadiwéu e falantes do idioma, já sistematizados juntamente com algumas informações sobre cada um dos topônimos. Pode-se classificá-los em:

- topônimos criados pelos Kadiwéu e que serão utilizados pela sociedade não-indígena;
- topônimos utilizados pela sociedade não-indígena e que são utilizados pela sociedade Kadiwéu após sua tradução para a língua Kadiwéu;
- topônimos criados pelos Kadiwéu a partir da tradução para a língua Kadiwéu e que apenas são reconhecidos por essa sociedade.

AQUIDAUANA – a expressão "Aquidauana" refere-se tanto ao rio quanto ao município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo o escritor Cláudio Robba (1992, p. 40), "para alguns autores, o nome Aquidauana, segundo toponímia Tupy – Guarani e dos índios Guaicurus, quer dizer: ac – grande; da – lugar; oana – araras; portanto, lugar das araras grandes".

No entanto, de acordo com a língua Kadiwéu, o que se percebe é que os Kadiwéu emprestaram sua língua para originar o nome da cidade, na verdade, do rio. Entretanto, não se refere às "araras grandes", e sim a "rio estreito ou pequeno". Na língua Kadiwéu, ao comparar as palavras utilizadas pela sociedade indígena com as do autor não se encontra nenhuma correspondência, como se pode perceber no *Dicionário da Língua Kadiwéu*, publicado pela Sociedade Internacional de Lingüística – SIL (Dicionário, 2002, p. 13 e 178):

Arara azul..... *Yogeegi*
Arara vermelha..... *yogeegiwaga*
Aquidauana..... *Akidawaani*

Os Kadiwéu entrevistados, porém, afirmaram que no próprio dicionário constam erros quanto à forma de falar e escrever a palavra e que o correto é *AKIDAWAANIGI* (lê-se *akidauãnigui*). Na língua Kadiwéu, *Akidi* refere-se a *rio* e *Waanigi* significaria *pequeno* ou *estreito*. Os Kadiwéu utilizam-na, cotidianamente, para designar a cidade de Aquidauana.

BETIONE – é o nome dado a um rio que corre no município de Bodoquena, mas, igualmente, é o nome de uma pousada turística e restaurante situados às margens desse mesmo rio. É, também, uma palavra da Língua Kadiwéu e significa *tamanduá*. No entanto, os depoentes afirmaram que a grafia do topônimo está em desacordo com a da língua: *BITIONI*. Na sociedade Kadiwéu, a língua é uma questão de gênero, pois os homens e as mulheres possuem o seu modo próprio de falar. Dessa forma, a versão masculina para a palavra é *bitioni* e a versão feminina, *bioni*.

NIUTACA – Essa palavra denomina o rio que tem seu curso no norte do município de Porto Murtinho e que limita a *Reserva Indígena Kadiwéu* ao norte. É possível encontrar, em várias bibliografias e no registro da terra indígena em cartório a expressão *Naitaca*. Porém, pelos Kadiwéu, é denominado de *NIWITAKADI*, que significa lugar da mentira, ou rio mentiroso. Isso é claramente explicado pela característica temporária do rio que, na época da estiagem, seca, ou seja, o rio desaparece, passando por "rio mentiroso" ou "lugar da mentira".

LALIMA – significa, na língua Kadiwéu, sumidouro, mas a grafia utilizada e conhecida pelos não-índios está em desacordo com a dos Kadiwéu. Essa palavra deriva da palavra Kadiwéu *LALIMAGADI*. Faz referência ao nome de fazenda no município de Bodoquena e de uma aldeia dos índios Terena, situada em Miranda.

NABILEQUE – rio que limita a *Reserva Indígena Kadiwéu* ao Oeste e, também, é o limite entre os municípios de Porto Murtinho e Corumbá. É um caso em que a grafia do topônimo foi modificada por confusões na fala. Tem origem Kadiwéu e é grafada como *NABILECAGADI*, significa barro escorregadio. A história do significado desse nome remete à época dos tempos antigos quando os Kadiwéu iam vender seus produtos em Porto Coimbra, às margens do rio Paraguai. As mulheres que acompanhavam os homens ficavam à beira desse rio, brincando nuas no barro escorregadio.

WETEGA – atualmente, não se refere a uma localidade, mas a um grande hotel situado na cidade de Bonito – MS. Os arquitetos conseguiram se apropriar do significado da palavra em sua origem e construíram um imponente prédio, decorado com toras de aroeira. Na língua Kadiwéu, a grafia correta é *WETIGA* e significa *pedra* ou *montanha*. De certa forma, a construção é realmente majestosa.

XAPENA – tal como a palavra anterior, Xapena não é uma localidade, mas nomeia uma fazenda no município de Bodoquena, próxima à *Reserva Indígena Kadiwéu*. Os Kadiwéu grafam *EXAPENA* e seu significado é *presilha para cabelo*.

XATELODO – também denomina uma fazenda muito conhecida na região da serra da Bodoquena. A área onde está situada pertence ao antigo território da sociedade Kadiwéu. No entanto, sua grafia está em desacordo: *EXATELODO*, que significa babaçu: espécie vegetal cujas folhas são utilizadas pelos Kadiwéu para fazerem o telhado de suas casas.

LAUDEJÁ – o tempo modificou a forma falada e, posteriormente, a escrita dessa palavra de origem Kadiwéu, que nomeia uma outra fazenda próxima ao Kadiwéu. A forma, de acordo com a língua Kadiwéu, é *LAWODIJADI*. Seu significado refere-se a um lugar onde tem muito sangue, possivelmente um lugar com muitas histórias.

NAMOCOLI – nomeia a fazenda Namocoli. É uma palavra de origem Kadiwéu que deriva de *NAMOKOLIGI* e tem como significado o nome de uma espécie de palmeira conhecida pelos Kadiwéu. O plural para essa palavra é *NAMOKOLIGIJADI*.

NIOAQUE – nome de município de Mato Grosso do Sul. Embora a pronúncia seja semelhante e o território onde se encontra Nioaque ter sido passagem para os Mbayá-Guaicuru, é possível que o topônimo NIOAQUE seja mesmo de origem Kadiwéu. Para a palavra *NEWAGI* (lê-se *Neuagui*), encontra-se uma história relativa a esse lugar: "[...] nas andanças do povo Kadiwéu, quando eram nômades na região de Nioaque, uma jovem fraturou o ombro e por causa disso se chama *NEWAGI*, ombro" (Depoimento de Etelvino de Almeida, 2005).

YOTEDI – nome de um restaurante na cidade de Campo Grande, capital do Estado. De acordo com índios Kadiwéu, um deles passou o nome para o dono do restaurante. A palavra possui a mesma grafia e significa *estrela* (Lê-se *iôtêdi*). Nesse caso, houve um empréstimo cultural, mesmo que tenha se revertido, posteriormente, em vantagem econômica.

Os próximos topônimos Kadiwéu, que serão apresentados em seguida, possuem seus significados relacionados à língua Kadiwéu e não têm correspondência nenhuma com os topônimos utilizados pela sociedade dos não-índios, mas são utilizados comumente pela sociedade indígena para localização espacial. São, normalmente, traduções do nome em língua portuguesa para a língua Kadiwéu.

BELANXA – conhecido ponto de venda de produtos pelos Kadiwéu. É, também, o local onde ocorreu, em 1932, um conflito entre Kadiwéu e coronéis que "arrebanharam muitos jovens Kadiwéu da época para defenderem as 'forças do governo' [...]" (Siqueira Jr, 1993, p. 216). Trata-se de *Porto Esperança*, no município de Corumbá.

GAPEIJADI – é o nome dado pelos Kadiwéu à Fazenda Cafezal; refere-se à tradução, para a língua Kadiwéu, do nome atual, pois café na língua Kadiwéu se grafa como *gape*.

GAXIANA – é a forma como todos os Kadiwéu se referem ao Paraguai (país), lugar muito importante na história cultural desta sociedade devido à participação dos Kadiwéu na Guerra do Paraguai.

GAXIANA NAKIDI – é o nome dado pela sociedade Kadiwéu ao rio Paraguai. Nesse caso, a tradução para a língua portuguesa seria *rio desse lugar*.

GOLUMBA – assim é conhecido o nome do município sul-mato-grossense Corumbá entre os Kadiwéu. Refere-se a uma variação do nome para a língua Kadiwéu.

LIBINIENA – significa bonito; portanto, é como a sociedade Kadiwéu se refere ao município de Bonito, em MS. Novamente, o fato de a língua falada entre os homens Kadiwéu e as mulheres Kadiwéu possuírem especificidades faz com que existam duas versões para a cidade de Bonito. Na forma masculina, a palavra "bonito" se grafa *libinienigi* e, na forma feminina, *libiniena*. Dessa forma, refere-se à tradução para a língua Kadiwéu do nome atual.

NABUDOCENA – é como os Kadiwéu se referem à cidade mais próxima denominada Bodoquena; trata-se de mais uma variação do nome atual para a língua Kadiwéu.

NEMAGATAWANIGI – é como os Kadiwéu designam a cidade de Porto Murtinho. Na sociedade Kadiwéu, existe uma história inerente a esse lugar que, por sua vez, relaciona-se à Guerra do Paraguai, quando houve participação dos índios Kadiwéu; diz-se que, nessa guerra, houve *poucas mortes*, pois apenas dois Kadiwéu morreram em combate, segundo a história oral. Essa é a tradução da palavra: *poucas mortes*.

NIALIGI ELIODI – é a tradução do nome utilizado pela sociedade não-indígena para o Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse caso, foi realizada uma tradução do nome para a língua Kadiwéu. *Nialigi* significa mata grande e infinita e *eliodi*, campo, ou seja Mato Grosso, antes da divisão oficial em 1977.

NIGOTAGA – importante lugar na história dos Kadiwéu. Foi nesse lugar do município de Miranda-MS onde constantes trocas eram realizadas entre os Kadiwéu e os não-índios, na Estação Ferroviária Guaicurus, atualmente desativada. Os Kadiwéu denominavam esse lugar de *nigotaga* que significa *cidade*.

NIPODIGIELIODI – tal como o nome do Estado de Mato Grosso do Sul, é uma tradução do nome existente e utilizado pela sociedade não-índia para a capital desse Estado. Também houve uma tradução do nome para a língua Kadiwéu: *nipodigi*, cujo significado é enorme, grande, bastante, muito ou extenso e *eliodi*, campo, ou seja campo grande.

Nem todas as toponímias mostram a história do lugar presente. Nem mesmo o seu estudo permite revelar todos os aspectos do passado, pois estes se configuram por intermédio da conjunção de fatores políticos, econômicos e, de igual modo, culturais. Esses fatores transformam os lugares criando armadilhas para os pesquisadores que, a esse respeito, devem manter-se atentos ao seu objeto de estudo. Os topônimos criados pelos Kadiwéu são explicados pelos próprios índios. Pertencente ao *ethos* Kadiwéu, os significados de cada lugar possuem uma complexa elaboração de símbolos, que são essenciais à sociedade Kadiwéu. A riqueza da língua Kadiwéu permite que com uma única palavra seja possível resumir uma história, um evento, uma lembrança ou um mito, seja dos tempos de antigamente ou recém-criado por um componente da sociedade.

Últimas considerações

Os estudos desenvolvidos acerca da relação da cultura com o espaço encontram muitas possibilidades de análise empírica em todas as matrizes da Geografia Cultural. Tanto na matriz francesa, liderada por Paul Claval (2001a; 2001b), passando pelos estudos de Carls Ortwin Sauer (2000) e seus discípulos Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell (2000), da Escola de Bekerley, como nos estudos da percepção e topofilia de Yi-Fu Tuan (1974).

Percebe-se, pela leitura que se realiza, que os topônimos trazem em si a marca da paisagem vista pelos antigos e gravadas por meio da memória coletiva. Muitos sul-mato-grossenses desconhecem a participação dos índios Kadiwéu na Guerra do Paraguai ou acreditam que o município em que vivem possui um nome indígena que, por sua vez, possa carregar a marca da história da cultura do povo que vive bem próximo deles.

Darcy Ribeiro (1980), que esteve entre os Kadiwéu em 1947, aponta que se foi possível a afirmação da sociedade Kadiwéu no tempo e no espaço, a mesma se viabilizou pela existência de uma mitologia viva e presente, principalmente quando sua coesão e solidariedade estavam ameaçadas pela presença de uma maioria de cativos tomados em diferentes tribos. No período de sua máxima expansão, um núcleo de valores altamente consistente contribuiu para a preservação da sua unidade política. Através de suas representações em formas de episódios, a mitologia assegurou ao grupo a consciência de uma origem, situação e destino comuns, acentuando a noção de sua especificidade como povo diferenciado pelos costumes.

No passado os Kadiwéu asseguraram o auto-reconhecimento e o reconhecimento da sociedade que os cerca, todavia, esse processo não foi suficiente para garantir a visibilidade necessária a partir dos topônimos criados. Esta invisibilidade está presente nos livros didáticos, nas lacunas de pesquisas científicas e nas formas de tratamento da alteridade. Os lugares Kadiwéu de antigamente compõem, na atualidade, áreas de atividade turística no Estado de Mato Grosso do Sul, como os municípios de Bonito, Aquidauana, Miranda e Nioaque, por exemplo, mas, tornaram-se invisíveis aos olhos do outro, perdendo o sentido em tempos de modernidade.

Essa perda remete a tantas outras perdas de percurso da modernidade, como as assinaladas por Lévi-Strauss (1981, p.17) e enfatizadas por Chauí (*apud* Grupioni, 1994, p.192). Ao contrário do que foi prometido pela idéia de progresso, depara-se com a separação de tudo. Por outro lado, encontra-se a cultura indígena que ensina que o verdadeiro progresso trata-se da integração entre o sagrado e o profano, o humano e a natureza e as relações de liberdade, justiça, comunidade, igualdade entre os próprios seres humanos.

Outras histórias buscam ocupar hoje os lugares antes pertencentes aos Mbayá-Guaikuru. Contudo, ao mesmo tempo em que "apagam" da memória dos novos moradores os feitos heróicos e eventos mitológicos da cultura Kadiwéu, acabam por fortalecer ainda mais esse vínculo com a região. Os Kadiwéu não necessitam de provas de que seus ancestrais ali estiveram, pois basta o nome de "batismo" recebido pelo lugar para saberem todas as informações relativas a ele, tais como, localização, acontecimento, época – mesmo que na temporalidade própria dos indígenas: tempos de antigamente.

Mesmo os lugares Kadiwéu sendo "capturados pela imposição da homogeneidade dos lugares" (Ratts, 2003, p. 36), "perdida" sua essência ao serem absorvidos pelos não-índios e caracterizado como invisíveis, os Kadiwéu continuam a existir e a se reproduzirem buscando sua sobrevivência física e simbólica no cotidiano da *Reserva Indígena Kadiwéu*. Como afirma Carneiro da Cunha (1986), a irredutibilidade da etnicidade presente nos Kadiwéu continua sendo o esteio que promove a proclamação da diferença que identifica os grupos e caracteriza os lugares.

Para finalizar, um lugar é re-institucionalizado constantemente a cada monumento e estrada construídos. Independentemente de quais grupos ocuparão o novo lugar, seja ele de passado indígena ou não, sempre se buscará explorar e encerrar o espaço em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Como Claval afirma, "batizando os lugares e os meios, os grupos humanos os transformam em objeto de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-os, fazem deles uma categoria social" (Claval, 2001, p. 218).

Embora a (in)visibilidade dos lugares indígenas componha um processo de "esquecimento" de uma história viva e contínua, por ser dinâmica, a intrínseca relação entre a ação cultural e o território continuará servindo de palco e cenário para os diversos estudos dentre os quais escontra-se a Geografia Cultural.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J, P. (Orgs.). *Geografia:* leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

AUGÉ, M. *Não-lugares:* introdução a uma antropologia da supermodernidade. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, Acyr V. *História de Mato Grosso do Sul*. 4. ed. Campo Grande: Brasília, 1995.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense / Edusp, 1986.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural.* 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001a.

CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____ . *Matrizes da Geografia Cultural.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DICIONÁRIO da Língua Kadiwéu. Kadiwéu-Português. Português-Kadiwéu. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística (SIL), 2002. 364 p.

FREUNDT, Erich. *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 326 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* v. xxxv [Mato Grosso]. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

JOSÉ DA SILVA, Giovani. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984):* memória, identidade e história. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004. (Dissertação de Mestrado em História).

JOSÉ DA SILVA, Giovani; SOUZA, José Luiz de. *O despertar da fênix*: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 149-156, jul./dez. 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1981.

MARTINS, Gilson R. *Santiago de Xerez*: uma problemática para a arqueologia histórica. Separata de História Paraguaya. Anuário de la Academia Paraguaya de la História. Volumen XLII, 2002.

MÉTRAUX, Alfred. *Etnografia del chaco*. Asunción: El Lector, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização*: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

PLANO de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília: PNMA, 1997.

PORTO MURTINHO. Prefeitura Municipal. *Censo Kadiwéu 1998*. Porto Murtinho, 1998. 63 p. Mimeografado.

RATTS, Alecsandro JP. A geografia entre as aldeias e os quilombos : territórios etnicamente diferenciados. In : ALMEIDA, Maria Geralda de ; RATTS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia:* Leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu*: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios Guaycurús*: quinze dias nas suas aldeias. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

ROBBA, Cláudio. *Aquidauana ontem e hoje*. 12. ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (série Historiográfica), 1992. (apresentação do Des. Milton Malulei).

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2004.

SAUER, Carlos O. Geografia Cultural *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Geografia Cultural*: Um Século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 111-167. p. 99-110.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976. 527 p.

SIQUEIRA JR., Jaime G. *"Esse campo custou o sangue dos nossos avós"*: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

SOUZA, José Luiz de. *A geografia entre os Kadiwéu*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005 a. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SOUZA, José Luiz de. Lugares Indígenas: espaços (de)marcados pela territorialidade Kadiwéu. In : ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA – FORMAÇÃO DO PROFESSOR E PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 8., 2005, Dourados. *Anais...* Dourados: UFMS, 2005 c.

SOUZA, José Luiz de. Tradição e mudança: uma geografia da arte indígena Kadiwéu. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente - SINPEC, 2005, Londrina – PR. Anais Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, Londrina: UEL, v. 01, 14 pp., 2005 b.

SUSNIK, Branislava. *Etnografía paraguaya*: primeira parte. Assunção: Museu Etnográfico Andres Barbero, 1978. 284 p.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia:* Um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução por Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

WAGNER, P. e MIKESELL, M. Os temas da Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

WAGNER, P. e MIKESELL, M. Temas da Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Geografia Cultural*: Um Século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 111-167.

ABSTRACT

BY MEANS OF STUDIES OF THE CULTURAL GEOGRAPHY IS POSSIBLE TO DISTINGUISH AREAS THAT PREVIOUSLY BELONGED TO THE INDIGENOUS PEOPLE. IN THIS ARTICLE, FROM TOPONYMS PRESENTS IN ORAL KADIWÉU, WE CAN DEFINE THE AREAS COVERED BY THEIR ANCESTRAL MBAYÁ-GUAIKURU FOR MORE THAN THREE CENTURIES IN THE NOMADIC PHASE OF THE GROUP. AT THE PRESENT TIME, THE OLD PLACES KADIWÉU COMPOSE AREAS OF INTENSE TOURIST ACTIVITY IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL AS THE MUNICIPALITIES OF BONITO, AQUIDAUANA AND MIRANDA, FOR EXAMPLE. HOWEVER, THEY BECAME INVISIBLE TO THE EYES OF THE OTHER ONE, LOSING THE SENSE IN MODERNITY TIMES. REGARDLESS OF IMPOSED INVISIBILITY, THE "INDIGENOUS PLACES" REMAIN IMPORTANT POINTS IN THE SPACE OF THE CULTURAL PEOPLE HISTORY. BY USING THE WORK OF PAUL CLAVAL, IN THIS ARTICLE WE DISCUSS THE CONTRIBUTION OF CULTURAL GEOGRAPHY IN STUDIES OF INDIGENOUS PEOPLES. WE ALSO DISCUSS HOW HAPPENED THE " PLACES BAPTISM" BETWEEN KADIWÉU, FORMING THUS THE VARIOUS PLACES KNOWN BY AN INDIGENOUS CULTURE WHICH ARE INVISIBLE TO THE EYES OF THE SURROUNDING SOCIETY.

KEYWORDS: GEOGRAPHY, CULTURE, TOPONYMS, INDIGENOUS PLACES, KADIWÉU.